

# RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL DO EXERCÍCIO DE 2025

## REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ASTORGA/PR

Curitiba, 13 de março de 2026

---

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	3
1. Objetivo.....	3
2. Metodologia .....	4
3. Análise Comparativa das Avaliações.....	5
3.1. Exercício de 2023 .....	6
4.2. Exercício de 2024 .....	8
4.3. Exercício de 2025 .....	11
4. Análise Acumulada de 2022 - 2024.....	14
5. Parecer Atuarial .....	17

## APRESENTAÇÃO

Conforme dispõe o Manual do Pró-Gestão RPPS - Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, em sua versão 4.0, autorizada pela Portaria SRPC nº 236, publicada no Diário Oficial da União de 04 de fevereiro de 2026, a elaboração do Relatório de Gestão Atuarial constitui requisito relevante para a certificação institucional dos entes federativos, compondo a dimensão de Governança Corporativa.

O presente Relatório atende às diretrizes fixadas no item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS, que determina a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais referentes aos três últimos exercícios, comparando as receitas e despesas previdenciárias projetadas nas avaliações atuariais com aquelas efetivamente realizadas pela unidade gestora.

No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Astorga/PR, este documento tem por objetivo demonstrar o desempenho da gestão atuarial nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, evidenciando a evolução do comportamento das receitas, despesas e da base contributiva do plano, à luz das execuções orçamentárias observadas em cada exercício, com finalidade de monitoramento da solvência atuarial.

A elaboração deste documento reforça o compromisso do RPPS com a transparência, a governança e a sustentabilidade do regime previdenciário municipal, promovendo a integração entre a gestão atuarial, contábil e financeira e o acompanhamento sistemático das políticas de custeio, arrecadação e investimentos, em consonância com o art. 40 da Constituição Federal, com a Lei nº 9.717/1998 e com a Portaria MTP nº 1.467/2022, atualizada até 29 de dezembro de 2025.

### 1. Objetivo

O presente Relatório de Gestão Atuarial tem por finalidade apresentar, de forma sistematizada e tecnicamente fundamentada, a análise comparativa entre os valores projetados nos fluxos atuariais e os valores efetivamente realizados na execução orçamentário-financeira dos exercícios de 2023, 2024 e 2025, no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Astorga/PR.

A elaboração deste relatório visa avaliar a aderência das premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas nas avaliações atuariais, analisar a consistência do

comportamento das receitas e despesas previdenciárias frente ao que foi projetado, verificar a compatibilidade das variações observadas com a dinâmica real da massa de segurados e beneficiários e identificar eventuais riscos ou distorções que possam impactar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

Além disso, o estudo busca subsidiar a tomada de decisão dos gestores previdenciários, fortalecer a governança e a transparência institucional, garantir o atendimento às exigências da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, atualizada até 29 de dezembro de 2025, e às orientações da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, bem como fornecer elementos técnicos que permitam o aprimoramento contínuo das bases cadastrais, dos fluxos contributivos e dos mecanismos de controle.

## 2. Metodologia

A elaboração deste documento atende ao disposto no Manual do Pró-Gestão RPPS, especialmente ao item 3.2.3, que estabelece a necessidade de demonstrar a evolução das receitas e despesas previdenciárias estimadas nas avaliações atuariais e aquelas efetivamente executadas pela unidade gestora, em consonância com os princípios da transparência, da governança e do acompanhamento atuarial contínuo.

- As informações a serem analisadas para o RPPS de Astorga/PR deverão ser obtidas, preferencialmente, a partir das seguintes fontes:
- os Demonstrativos dos Resultados das Avaliações Atuariais – DRAA, elaborados para as datas-bases de 31/12/2022, 31/12/2023 e 31/12/2024, correspondentes, respectivamente, aos cálculos atuariais dos exercícios de 2023, 2024 e 2025;
- os fluxos atuariais projetados e homologados pelo atuário responsável, contendo as estimativas de contribuições, benefícios, compensação previdenciária e demais componentes do equilíbrio financeiro anual; e
- os valores efetivamente realizados, extraídos dos demonstrativos orçamentários, contábeis e financeiros do RPPS, bem como de registros auxiliares da unidade gestora, referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2025. A Portaria MTP nº 1.467/2022 prevê, no âmbito da gestão atuarial, o envio do DRAA, fluxos atuariais e Relatório da Avaliação Atuarial, e, no âmbito da apuração e execução das receitas e despesas, o envio dos instrumentos fiscais e do DIPR, o que reforça a aderência metodológica dessa abordagem.

Para a comparação entre o projetado e o executado, o procedimento metodológico exige a compatibilização entre as rubricas atuariais e as classificações orçamentárias efetivamente utilizadas pelo RPPS, tendo em vista que receitas classificadas como “outras receitas” podem conter componentes extraordinários, patrimoniais ou de natureza não recorrente, devendo sua interpretação ser realizada com prudência para fins atuariais. Esse cuidado é particularmente importante para evitar que eventos pontuais sejam tratados, indevidamente, como tendência estrutural do plano.

Dessa forma, a análise ora proposta tem por objetivo verificar a aderência entre o fluxo atuarial projetado e a execução orçamentária efetiva do regime; identificar e interpretar variações relevantes entre o estimado e o realizado, avaliando sua origem e seu impacto sobre o equilíbrio financeiro e atuarial; e subsidiar o aperfeiçoamento das hipóteses e parâmetros atuariais, contribuindo para a melhoria contínua da governança e para o fortalecimento da sustentabilidade previdenciária do Município de Astorga/PR. Tal diretriz é compatível com a lógica de acompanhamento atuarial contínuo prevista na Portaria MTP nº 1.467/2022 e com o enquadramento do Relatório de Gestão Atuarial no Pró-Gestão RPPS.

### **3. Análise Comparativa das Avaliações**

A análise comparativa das avaliações atuariais tem por finalidade confrontar os valores projetados nos fluxos atuariais com aqueles efetivamente realizados ao longo dos exercícios observados, permitindo verificar o grau de aderência entre as premissas adotadas na avaliação atuarial e o comportamento real das receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Astorga/PR.

Esse procedimento constitui importante instrumento de monitoramento da gestão atuarial, uma vez que possibilita identificar desvios relevantes entre o estimado e o executado, avaliar a consistência da base cadastral, examinar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas utilizadas nos cálculos atuariais e, sobretudo, subsidiar eventuais ajustes necessários nos estudos futuros.

No âmbito da governança previdenciária, a comparação entre projeções atuariais e execução observada também permite avaliar se as fontes de custeio vêm se comportando conforme esperado, se as despesas com benefícios seguem trajetória compatível com o perfil da massa segurada e se existem eventos extraordinários que possam distorcer a leitura estrutural do regime, como ingresso atípico de receitas, parcelamentos, compensações previdenciárias em montantes inferiores ao estimado ou oscilações relevantes na folha de contribuição.

---

Para o RPPS de Astorga/PR, a presente análise contempla os exercícios de 2023, 2024 e 2025, observando-se, em cada período, a comparação entre os valores projetados na avaliação atuarial e aqueles efetivamente executados, com vistas à identificação das principais variações e seus reflexos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

### 3.1. Exercício de 2023

Com base no Cálculo Atuarial de 2023, com data-base de 31/12/2022, procedeu-se à comparação entre os valores projetados na avaliação atuarial e os valores efetivamente executados ao longo do exercício de 2023, no âmbito do Plano Previdenciário do RPPS de Astorga/PR.

**Tabela 1: Comparativo entre valores projetados e efetivamente realizados em 2022.**

Descrição	Projetado para 2023	Executado em 2023	Diferença
<b>Base de Cálculo da Contribuição Normal</b>	R\$ 18.502.226,04	R\$ 32.893.992,48	R\$ 14.391.766,44
<b>Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados</b>	R\$ 64.682,74	R\$ 92.043,29	R\$ 27.360,55
<b>Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas</b>	R\$ 3.903,81	R\$ 4.148,57	R\$ 244,76
<b>Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente</b>	R\$ 1.236.979,42	R\$ 4.466.057,32	R\$ 3.229.077,90
<b>Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos</b>	R\$ 1.236.979,42	R\$ 4.466.057,32	R\$ 3.229.077,90
<b>Compensação Previdenciária</b>	R\$ 935.524,42	R\$ 233.279,20	-R\$ 702.245,22
<b>Parcelamentos de Débitos Previdenciários</b>	R\$ -	R\$ 394.328,29	R\$ 394.328,29
<b>Outras Receitas</b>	R\$ -	R\$ 10.265.665,75	R\$ 10.265.665,75
<b>TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>R\$ 3.478.069,81</b>	<b>R\$ 19.921.579,74</b>	<b>R\$ 16.443.509,93</b>
<b>Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias</b>	R\$ 8.186.395,03	R\$ 11.026.684,05	R\$ 2.840.289,02
<b>Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões</b>	R\$ 3.810.500,52	R\$ 1.667.281,11	-R\$ 2.143.219,41
<b>Compensação Previdenciária a Pagar</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Outras Despesas</b>	R\$ -	R\$ 673.142,53	R\$ 673.142,53
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO</b>	<b>R\$ 11.996.895,55</b>	<b>R\$ 13.367.107,69</b>	<b>R\$ 1.370.212,14</b>

Fonte: Elaboração própria – ACTUARY (2025), com base na Avaliação Atuarial e nos demonstrativos contábeis do RPPS de Medianeira/PR.

No tocante às receitas previdenciárias, verifica-se que o valor executado em 2023 foi substancialmente superior ao montante projetado na avaliação atuarial. O total das receitas com contribuições e compensação previdenciária atingiu R\$ 19.921.579,74, frente a uma projeção de R\$ 3.478.069,81, representando diferença positiva de R\$ 16.443.509,93. Esse comportamento revela forte descolamento entre o fluxo originalmente estimado e a execução efetiva observada no exercício.

Tal resultado decorreu, principalmente, da elevação da base de cálculo da contribuição normal, que apresentou execução de R\$ 32.893.992,48, valor superior em R\$ 14.391.766,44 ao montante projetado. Em linha com essa expansão, também se observou aumento expressivo das contribuições dos segurados ativos e das contribuições do ente relativas aos benefícios a conceder, ambas com execução de R\$ 4.466.057,32, superando em R\$ 3.229.077,90 os valores inicialmente estimados em cada rubrica. Em termos atuariais, esse comportamento sugere que a massa contributiva efetiva do exercício apresentou volume significativamente superior àquele considerado no fluxo da avaliação, seja em razão de maior folha de remuneração, seja em virtude de alteração na composição cadastral, regularização de recolhimentos ou diferenças de critério entre a base atuarial e a execução orçamentária.

Também se identificou arrecadação superior ao projetado nas contribuições incidentes sobre benefícios concedidos, tanto para aposentados quanto para pensionistas, ainda que em montantes absolutos menos representativos.

As contribuições de aposentados superaram a previsão em R\$ 27.360,55, enquanto as contribuições de pensionistas apresentaram diferença positiva de R\$ 244,76. Embora de menor impacto agregado, tais variações são coerentes com a ampliação da base de incidência contributiva observada no exercício.

Em sentido oposto, a compensação previdenciária realizada atingiu apenas R\$ 233.279,20, ficando R\$ 702.245,22 abaixo do valor projetado de R\$ 935.524,42. Essa divergência indica que a rubrica apresentou desempenho inferior ao esperado no exercício, situação que pode decorrer de fatores operacionais, administrativos e temporais relacionados ao reconhecimento, processamento e repasse da compensação previdenciária entre regimes. Trata-se, portanto, de componente cuja análise deve ser feita com cautela, pois sua frustração em determinado exercício não necessariamente reflete perda estrutural definitiva, mas pode decorrer de defasagens de fluxo.

Chama especial atenção o ingresso de receitas não previstas na projeção atuarial original, notadamente R\$ 394.328,29 a título de parcelamentos de débitos previdenciários e R\$

10.265.665,75 registrados em outras receitas. Esses valores contribuíram de forma decisiva para a expansão da arrecadação total do exercício. Todavia, sob a ótica técnico-atuarial, tais ingressos demandam avaliação prudencial, uma vez que podem refletir eventos extraordinários, regularizações contábeis, receitas patrimoniais, aportes específicos ou outros componentes não necessariamente recorrentes. Assim, não se recomenda sua incorporação automática como tendência permanente de financiamento do plano sem a devida depuração analítica de sua natureza.

No campo das despesas previdenciárias, o total executado com benefícios do plano alcançou R\$ 13.367.107,69, ante projeção de R\$ 11.996.895,55, resultando em diferença positiva de R\$ 1.370.212,14. Isso demonstra que, embora as receitas tenham superado amplamente as expectativas no exercício, também houve crescimento das obrigações pagas em relação ao estimado atuarialmente.

A despesa com aposentadorias apresentou execução de R\$ 11.026.684,05, superando a projeção de R\$ 8.186.395,03 em R\$ 2.840.289,02. Esse resultado sugere que o fluxo de pagamentos de benefícios de aposentadoria se mostrou mais oneroso do que o esperado, podendo refletir crescimento do quantitativo de aposentados, valor médio de benefício superior ao estimado ou antecipação de concessões em relação ao padrão considerado na avaliação atuarial.

Por outro lado, as despesas com pensões totalizaram R\$ 1.667.281,11, valor inferior em R\$ 2.143.219,41 à projeção de R\$ 3.810.500,52. Esse comportamento compensou parcialmente a elevação verificada nas aposentadorias e indica que a dinâmica real da massa de pensionistas, ou dos valores médios pagos a esse grupo, foi menos onerosa do que a originalmente prevista para o exercício.

Além disso, verificou-se execução de R\$ 673.142,53 na rubrica de outras despesas, sem previsão correspondente no fluxo atuarial. Como essa classificação pode abranger despesas acessórias, administrativas ou eventos não diretamente vinculados ao núcleo da projeção de benefícios, sua interpretação demanda cautela metodológica, especialmente para evitar leitura distorcida do comportamento estrutural do passivo previdenciário.

## **4.2. Exercício de 2024**

Com base no Cálculo Atuarial de 2024, com data-base de 31/12/2023, procedeu-se à comparação entre os valores projetados na avaliação atuarial e os valores efetivamente executados ao longo do exercício de 2024, no âmbito do RPPS de Astorga/PR.

**Tabela 2: Comparativo entre valores projetados e efetivamente realizados em 2023.**

<b>Descrição</b>	<b>Projetado para 2024</b>	<b>Executado em 2024</b>	<b>Diferença</b>
<b>Base de Cálculo da Contribuição Normal</b>	R\$ 19.719.317,92	R\$ 34.020.531,29	R\$ 14.301.213,37
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados	R\$ 66.519,31	R\$ 92.043,29	R\$ 25.523,98
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 4.145,84	R\$ 4.148,57	R\$ 2,73
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	R\$ 1.392.810,12	R\$ 4.466.057,32	R\$ 3.073.247,20
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	R\$ 1.392.810,12	R\$ 4.466.057,32	R\$ 3.073.247,20
Compensação Previdenciária	R\$ 83.931,74	R\$ 200.625,20	R\$ 116.693,46
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ -	R\$ 394.328,29	R\$ 394.328,29
Outras Receitas	R\$ -	R\$ 10.298.319,75	R\$ 10.298.319,75
<b>TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>R\$ 2.940.217,13</b>	<b>R\$ 19.921.579,74</b>	<b>R\$ 16.981.362,61</b>
<b>Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias</b>	R\$ 9.767.056,15	R\$ 10.889.384,05	R\$ 1.122.327,90
<b>Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões</b>	R\$ 4.187.379,14	R\$ 1.640.331,11	-R\$ 2.547.048,03
<b>Compensação Previdenciária a Pagar</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Outras Despesas</b>	R\$ -	R\$ 837.392,53	R\$ 837.392,53
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO</b>	<b>R\$ 13.954.435,29</b>	<b>R\$ 13.367.107,69</b>	<b>-R\$ 587.327,60</b>

Fonte: Elaboração própria – ACTUARY (2025), com base na Avaliação Atuarial e nos demonstrativos contábeis do RPPS de Medianeira/PR.

No tocante às receitas previdenciárias, verifica-se que o valor executado em 2023 foi substancialmente superior ao montante projetado na avaliação atuarial. O total das receitas com contribuições e compensação previdenciária atingiu R\$ 19.921.579,74, frente a uma projeção de R\$ 3.478.069,81, representando diferença positiva de R\$ 16.443.509,93. Esse comportamento revela forte descolamento entre o fluxo originalmente estimado e a execução efetiva observada no exercício.

Tal resultado decorreu, principalmente, da elevação da base de cálculo da contribuição normal, que apresentou execução de R\$ 32.893.992,48, valor superior em R\$ 14.391.766,44 ao montante projetado. Em linha com essa expansão, também se observou aumento expressivo das contribuições dos segurados ativos e das contribuições do ente relativas aos benefícios a conceder, ambas com execução de R\$ 4.466.057,32, superando em R\$ 3.229.077,90 os valores

inicialmente estimados em cada rubrica. Em termos atuariais, esse comportamento sugere que a massa contributiva efetiva do exercício apresentou volume significativamente superior àquele considerado no fluxo da avaliação, seja em razão de maior folha de remuneração, seja em virtude de alteração na composição cadastral, regularização de recolhimentos ou diferenças de critério entre a base atuarial e a execução orçamentária.

Também se identificou arrecadação superior ao projetado nas contribuições incidentes sobre benefícios concedidos, tanto para aposentados quanto para pensionistas, ainda que em montantes absolutos menos representativos.

As contribuições de aposentados superaram a previsão em R\$ 27.360,55, enquanto as contribuições de pensionistas apresentaram diferença positiva de R\$ 244,76. Embora de menor impacto agregado, tais variações são coerentes com a ampliação da base de incidência contributiva observada no exercício.

Em sentido oposto, a compensação previdenciária realizada atingiu apenas R\$ 233.279,20, ficando R\$ 702.245,22 abaixo do valor projetado de R\$ 935.524,42. Essa divergência indica que a rubrica apresentou desempenho inferior ao esperado no exercício, situação que pode decorrer de fatores operacionais, administrativos e temporais relacionados ao reconhecimento, processamento e repasse da compensação previdenciária entre regimes.

Trata-se, portanto, de componente cuja análise deve ser feita com cautela, pois sua frustração em determinado exercício não necessariamente reflete perda estrutural definitiva, mas pode decorrer de defasagens de fluxo.

Chama especial atenção o ingresso de receitas não previstas na projeção atuarial original, notadamente R\$ 394.328,29 a título de parcelamentos de débitos previdenciários e R\$ 10.265.665,75 registrados em outras receitas. Esses valores contribuíram de forma decisiva para a expansão da arrecadação total do exercício.

Todavia, sob a ótica técnico-atuarial, tais ingressos demandam avaliação prudencial, uma vez que podem refletir eventos extraordinários, regularizações contábeis, receitas patrimoniais, aportes específicos ou outros componentes não necessariamente recorrentes. Assim, não se recomenda sua incorporação automática como tendência permanente de financiamento do plano sem a devida depuração analítica de sua natureza.

No campo das despesas previdenciárias, o total executado com benefícios do plano alcançou R\$ 13.367.107,69, ante projeção de R\$ 11.996.895,55, resultando em diferença positiva de R\$

1.370.212,14. Isso demonstra que, embora as receitas tenham superado amplamente as expectativas no exercício, também houve crescimento das obrigações pagas em relação ao estimado atuarialmente.

A despesa com aposentadorias apresentou execução de R\$ 11.026.684,05, superando a projeção de R\$ 8.186.395,03 em R\$ 2.840.289,02. Esse resultado sugere que o fluxo de pagamentos de benefícios de aposentadoria se mostrou mais oneroso do que o esperado, podendo refletir crescimento do quantitativo de aposentados, valor médio de benefício superior ao estimado ou antecipação de concessões em relação ao padrão considerado na avaliação atuarial.

Por outro lado, as despesas com pensões totalizaram R\$ 1.667.281,11, valor inferior em R\$ 2.143.219,41 à projeção de R\$ 3.810.500,52. Esse comportamento compensou parcialmente a elevação verificada nas aposentadorias e indica que a dinâmica real da massa de pensionistas, ou dos valores médios pagos a esse grupo, foi menos onerosa do que a originalmente prevista para o exercício.

Além disso, verificou-se execução de R\$ 673.142,53 na rubrica de outras despesas, sem previsão correspondente no fluxo atuarial. Como essa classificação pode abranger despesas acessórias, administrativas ou eventos não diretamente vinculados ao núcleo da projeção de benefícios, sua interpretação demanda cautela metodológica, especialmente para evitar leitura distorcida do comportamento estrutural do passivo previdenciário.

### 4.3. Exercício de 2025

Com base no Cálculo Atuarial de 2025, com data-base de 31/12/2024, procedeu-se à comparação entre os valores projetados na avaliação atuarial e os valores efetivamente executados ao longo do exercício de 2025, no âmbito do RPPS de Astorga/PR.

**Tabela 3: Comparativo entre valores projetados e efetivamente realizados em 2024.**

Descrição	Projetado para 2025	Executado em 2025	Diferença
<b>Base de Cálculo da Contribuição Normal</b>	<b>R\$ 36.136.692,90</b>	<b>R\$ 39.597.197,71</b>	<b>R\$ 3.460.504,81</b>
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados	R\$ 30.871,94	R\$ 75.595,40	R\$ 44.723,46
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 3.273,14	R\$ 16.487,91	R\$ 13.214,77
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	R\$ 3.049.529,65	R\$ 5.543.607,68	R\$ 2.494.078,03

Descrição	Projetado para 2025	Executado em 2025	Diferença
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	R\$ 3.049.529,80	R\$ 5.543.607,69	R\$ 2.494.077,89
Compensação Previdenciária	R\$ 217.439,59	R\$ 2.519.215,03	R\$ 2.301.775,44
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ -	R\$ 455.216,44	R\$ 455.216,44
Outras Receitas	R\$ -	R\$ 13.021.234,84	R\$ 13.021.234,84
<b>TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>R\$ 6.350.644,12</b>	<b>R\$ 27.174.964,99</b>	<b>R\$ 20.824.320,87</b>
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias	R\$ 9.233.436,87	R\$ 14.292.266,23	R\$ 5.058.829,36
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões	R\$ 1.689.653,28	R\$ 2.162.029,81	R\$ 472.376,53
Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ -	R\$ 162.513,95	R\$ 162.513,95
Outras Despesas	R\$ -	R\$ 1.749.373,48	R\$ 1.749.373,48
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO</b>	<b>R\$ 10.923.090,15</b>	<b>R\$ 18.366.183,47</b>	<b>R\$ 7.443.093,32</b>

Fonte: Elaboração própria – ACTUARY (2025), com base na Avaliação Atuarial e nos demonstrativos contábeis do RPPS de Medianeira/PR.

No exercício de 2025, verifica-se que a arrecadação efetivamente realizada pelo RPPS de Astorga/PR superou de forma expressiva os valores projetados na avaliação atuarial. O total das receitas com contribuições e compensação previdenciária alcançou R\$ 27.174.964,99, enquanto o valor estimado para o exercício era de R\$ 6.350.644,12, resultando em diferença positiva de R\$ 20.824.320,87. Tal comportamento evidencia que a execução financeira do exercício ocorreu em patamar substancialmente superior ao originalmente previsto no fluxo atuarial.

Observa-se, inicialmente, que a base de cálculo da contribuição normal atingiu R\$ 39.597.197,71, superando em R\$ 3.460.504,81 o valor projetado de R\$ 36.136.692,90. Essa variação indica expansão da massa contributiva efetiva em relação àquela considerada na avaliação atuarial, o que repercutiu diretamente sobre as contribuições do ente federativo e dos segurados ativos. Ambas as rubricas apresentaram execução superior à projetada, com diferenças positivas de R\$ 2.494.078,03 e R\$ 2.494.077,89, respectivamente, demonstrando elevação relevante da arrecadação contributiva ordinária do regime.

As contribuições incidentes sobre benefícios concedidos também apresentaram valores executados acima do projetado. As contribuições dos aposentados superaram a previsão em R\$ 44.723,46, enquanto as contribuições dos pensionistas apresentaram diferença positiva de R\$

13.214,77. Embora esses montantes sejam menos representativos no conjunto da arrecadação previdenciária, seu comportamento confirma a ampliação da receita contributiva em praticamente todas as rubricas observadas no exercício.

Destaca-se, ainda, o desempenho da compensação previdenciária, cuja execução alcançou R\$ 2.519.215,03, frente a uma projeção de apenas R\$ 217.439,59, gerando diferença positiva de R\$ 2.301.775,44. Tal resultado revela comportamento bastante superior ao esperado e pode indicar avanço no reconhecimento, deferimento ou repasse de créditos compensatórios entre regimes previdenciários. Sob a ótica atuarial, trata-se de rubrica relevante, mas cuja interpretação exige prudência, sobretudo para distinguir ganhos efetivamente recorrentes de eventuais regularizações acumuladas ou recebimentos concentrados no exercício.

Também houve ingresso de receitas não previstas diretamente na projeção atuarial, compreendendo R\$ 455.216,44 relativos a parcelamentos de débitos previdenciários e R\$ 13.021.234,84 classificados como outras receitas. Esses valores exerceram influência decisiva sobre o montante arrecadado no exercício. Contudo, do ponto de vista técnico, a leitura dessas rubricas exige cautela, uma vez que podem refletir receitas extraordinárias, regularizações contábeis, resultados patrimoniais, aportes específicos ou outros eventos não necessariamente vinculados ao comportamento estrutural da arrecadação previdenciária corrente.

No lado das despesas, o total executado com benefícios do plano alcançou R\$ 18.366.183,47, ante projeção de R\$ 10.923.090,15, resultando em diferença positiva de R\$ 7.443.093,32. Assim, embora as receitas tenham apresentado desempenho amplamente superior ao estimado, também se verificou crescimento expressivo das despesas previdenciárias em relação ao fluxo atuarial originalmente projetado.

As despesas com aposentadorias totalizaram R\$ 14.292.266,23, valor superior em R\$ 5.058.829,36 à projeção de R\$ 9.233.436,87. Esse comportamento sugere intensificação do dispêndio com benefícios de aposentadoria, possivelmente em decorrência do crescimento da massa de aposentados, da elevação do valor médio dos benefícios ou da efetivação de concessões em volume superior ao considerado na avaliação atuarial. Da mesma forma, as despesas com pensões atingiram R\$ 2.162.029,81, superando em R\$ 472.376,53 o valor projetado de R\$ 1.689.653,28, o que evidencia que também nesse grupo houve realização acima da expectativa atuarial.

Adicionalmente, houve registro de R\$ 162.513,95 a título de compensação previdenciária a pagar e R\$ 1.749.373,48 classificados como outras despesas, rubricas sem previsão específica no fluxo atuarial apresentado. A presença desses valores reforça a necessidade de análise

criterosa da composição da despesa executada, a fim de segregar aquilo que corresponde ao núcleo previdenciário típico daquilo que decorre de ajustes, obrigações acessórias, despesas operacionais ou eventos extraordinários do exercício.

#### 4. Análise Acumulada de 2022 - 2024

A análise acumulada dos exercícios de 2023 a 2025 permite identificar, de forma mais consistente, o comportamento das receitas e despesas previdenciárias do RPPS de Astorga/PR, mitigando os efeitos de oscilações pontuais observadas em exercícios isolados e oferecendo visão mais abrangente sobre a aderência entre as projeções atuariais e a execução efetivamente verificada no período.

**Tabela 4: Comparativo entre valores projetados e efetivamente realizados em 2024.**

Descrição	Projetado 2023 a 2025	Executado 2023 a 2025	Diferença
<b>Base de Cálculo da Contribuição Normal</b>	R\$ 74.358.236,86	R\$ 106.511.721,48	R\$ 32.153.484,62
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados	R\$ 162.073,99	R\$ 259.681,98	R\$ 97.607,99
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 11.322,79	R\$ 24.785,05	R\$ 13.462,26
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	R\$ 5.679.319,19	R\$ 14.475.722,32	R\$ 8.796.403,13
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	R\$ 5.679.319,34	R\$ 14.475.722,33	R\$ 8.796.402,99
Compensação Previdenciária	R\$ 1.236.895,75	R\$ 2.953.119,43	R\$ 1.716.223,68
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ -	R\$ 1.243.873,02	R\$ 1.243.873,02
Outras Receitas	R\$ -	R\$ 33.585.220,34	R\$ 33.585.220,34
<b>TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>R\$ 12.768.931,06</b>	<b>R\$ 67.018.124,47</b>	<b>R\$ 54.249.193,41</b>
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias	R\$ 27.186.888,05	R\$ 36.208.334,33	R\$ 9.021.446,28
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões	R\$ 9.687.532,94	R\$ 5.469.642,03	<b>-R\$ 4.217.890,91</b>
Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ -	R\$ 162.513,95	R\$ 162.513,95
Outras Despesas	R\$ -	R\$ 3.259.908,54	R\$ 3.259.908,54
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO</b>	<b>R\$ 36.874.420,99</b>	<b>R\$ 45.100.398,85</b>	<b>R\$ 8.225.977,86</b>

Fonte: Elaboração própria – ACTUARY (2025), com base na Avaliação Atuarial e nos demonstrativos contábeis do RPPS de Medianeira/PR.

No triênio analisado, observa-se, de forma recorrente, que as receitas executadas superaram com expressividade os valores originalmente projetados nas avaliações atuariais. Esse comportamento se verificou em todos os exercícios, revelando que a arrecadação efetiva do regime se manteve em patamar superior ao estimado, sobretudo em razão de três fatores

principais: a realização de base contributiva acima da projetada, o desempenho das contribuições ordinárias do ente e dos segurados em montantes superiores ao esperado e o ingresso de receitas não previstas diretamente no fluxo atuarial, especialmente sob as rubricas de parcelamentos de débitos previdenciários e outras receitas.

Sob a perspectiva da base de cálculo da contribuição normal, verifica-se que houve, nos três exercícios, execução superior à projetada. Em 2023, a diferença positiva foi de R\$ 14.391.766,44; em 2024, de R\$ 14.301.213,37; e, em 2025, de R\$ 3.460.504,81. Tal comportamento evidencia que a massa remuneratória efetivamente observada no RPPS de Astorga/PR permaneceu acima daquela considerada nas projeções atuariais, ainda que em 2025 a diferença tenha sido relativamente menor, sugerindo aproximação maior entre a base estimada e a base efetivamente realizada.

As contribuições dos segurados ativos e do ente federativo relativas aos benefícios a conceder seguiram a mesma trajetória, com execução superior ao projetado em todos os exercícios. Esse padrão confirma que a arrecadação contributiva ordinária do regime apresentou desempenho mais robusto do que o inicialmente previsto nas avaliações atuariais, o que, sob o ponto de vista técnico, pode decorrer de evolução da folha salarial, atualização cadastral, maior aderência dos recolhimentos ou alterações na composição da massa de segurados.

No que se refere às contribuições incidentes sobre aposentadorias e pensões, também se observa, no acumulado, comportamento majoritariamente superior ao projetado, ainda que em valores absolutos menos relevantes. Essas diferenças, embora não alterem substancialmente a estrutura global da arrecadação, reforçam a percepção de que a execução efetiva da receita previdenciária se deu em patamar acima do esperado em praticamente todas as rubricas contributivas.

A compensação previdenciária, por sua vez, apresentou comportamento oscilante no período. Em 2023, a arrecadação ficou abaixo da projeção atuarial; em 2024, houve realização superior ao estimado; e, em 2025, verificou-se desempenho expressivamente superior ao valor projetado. Essa trajetória demonstra que a compensação previdenciária constitui rubrica sensível a fatores operacionais, administrativos e temporais, não devendo sua análise ser realizada de forma isolada em apenas um exercício. No acumulado, percebe-se que a variação dessa rubrica pode produzir impactos relevantes sobre o resultado financeiro anual, mas sua natureza recomenda prudência interpretativa, especialmente para evitar a extrapolação de valores extraordinários como se fossem tendência permanente.

Outro ponto de destaque no triênio é a presença constante de receitas não previstas originalmente no fluxo atuarial, notadamente valores classificados como parcelamentos de

débitos previdenciários e outras receitas. Em 2023, essas rubricas já se mostraram relevantes; em 2024, mantiveram participação expressiva; e, em 2025, novamente contribuíram de forma substancial para a elevação do total arrecadado. Do ponto de vista técnico, esse comportamento reforça que parte importante da diferença entre o projetado e o executado não decorre apenas da arrecadação previdenciária corrente, mas também de ingressos extraordinários, regularizações financeiras ou contábeis e eventos de natureza não recorrente. Assim, embora tais receitas fortaleçam o caixa do exercício, sua utilização como indicador de tendência estrutural deve ser feita com reserva.

No campo das despesas previdenciárias, o comportamento acumulado do período revela cenário igualmente relevante. Em 2023, o total executado com benefícios do plano superou a projeção atuarial; em 2024, ficou ligeiramente abaixo do estimado; e, em 2025, voltou a superar de maneira expressiva o valor projetado. Em termos agregados, a tendência do triênio indica crescimento da despesa efetiva em nível superior ou muito próximo daquele projetado, com destaque para a forte elevação dos encargos com aposentadorias.

As despesas com aposentadorias, em especial, apresentaram execução superior à projetada em todos os exercícios analisados. Esse padrão é tecnicamente relevante, pois indica que a dinâmica de concessão e manutenção dos benefícios de aposentadoria, bem como o valor médio desses benefícios, pode estar evoluindo em ritmo mais intenso do que o captado nas projeções atuariais. Trata-se de sinal que merece acompanhamento permanente, uma vez que o grupo das aposentadorias tende a concentrar a parcela mais significativa do passivo previdenciário do regime.

Já as despesas com pensões apresentaram comportamento distinto ao longo do período. Em 2023 e 2024, os valores executados ficaram abaixo do projetado, enquanto em 2025 superaram a estimativa atuarial. Essa alternância demonstra que a evolução da massa de pensionistas e dos respectivos valores pagos não seguiu trajetória linear no triênio, o que pode decorrer de variações no ingresso de novos benefícios, cessações, recalculações ou diferenças entre a composição esperada e a efetivamente verificada da massa de dependentes.

Também se verificou, nos três exercícios, a ocorrência de rubricas de outras despesas sem previsão específica no fluxo atuarial, bem como, em 2025, registro de compensação previdenciária a pagar. Esses elementos indicam que a execução financeira do regime contém componentes que extrapolam o núcleo estrito das projeções de benefícios e contribuições, exigindo leitura técnica que segregue despesas previdenciárias típicas de despesas acessórias, operacionais ou extraordinárias.

De forma consolidada, a leitura do período de 2023 a 2025 demonstra que o RPPS de Astorga/PR apresentou arrecadação efetiva substancialmente superior à projetada nas avaliações atuariais, mas com participação relevante de receitas extraordinárias ou não recorrentes. Ao mesmo tempo, as despesas com benefícios, especialmente com aposentadorias, mostraram-se pressionadas e, em boa parte do período, superiores às estimativas atuariais. Assim, o triênio revela quadro em que o resultado observado dos exercícios não deve ser interpretado apenas sob a ótica nominal das receitas arrecadadas, mas sim a partir da distinção entre receitas correntes estruturais e ingressos eventuais, bem como entre a estabilidade esperada do passivo e a efetiva evolução das despesas com benefícios.

## 5. Parecer Atuarial

Com base na análise comparativa entre os valores projetados nas avaliações atuariais e os valores efetivamente executados nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, conclui-se que o RPPS de Astorga/PR apresentou, no período analisado, diferenças relevantes entre o comportamento estimado e a execução observada, tanto no campo das receitas previdenciárias quanto no das despesas com benefícios do plano. Tais diferenças não invalidam, por si, a modelagem atuarial adotada, mas evidenciam a necessidade de acompanhamento permanente da aderência entre as premissas utilizadas nas avaliações e a dinâmica efetivamente verificada na gestão do regime.

No tocante às receitas, verificou-se, de forma recorrente, que a arrecadação executada superou expressivamente os valores projetados nas avaliações atuariais. Esse comportamento esteve associado, principalmente, à realização de base de cálculo da contribuição normal em patamar superior ao estimado, ao crescimento das contribuições ordinárias do ente federativo e dos segurados ativos, ao desempenho acumulado da compensação previdenciária e, especialmente, ao ingresso de receitas não previstas diretamente nos fluxos atuariais, como parcelamentos de débitos previdenciários e outras receitas registradas na execução financeira. Sob o ponto de vista técnico, esse resultado demonstra capacidade arrecadatória superior àquela originalmente refletida nas projeções, mas também exige prudência analítica, uma vez que parcela relevante dessa diferença decorre de rubricas que podem possuir natureza extraordinária, eventual ou não recorrente.

No campo das despesas, observou-se que o total executado com benefícios do plano, no acumulado do triênio, superou o montante projetado nas avaliações atuariais. O principal vetor dessa elevação foi o grupo de aposentadorias, cujas despesas se mantiveram acima do estimado em todos os exercícios analisados. Esse comportamento indica que a evolução da massa de aposentados e do volume financeiro dos proventos pode estar ocorrendo em intensidade superior àquela captada nas premissas atuariais adotadas. Em contrapartida, as despesas com

pensões apresentaram comportamento inferior ao projetado em boa parte do período, funcionando como fator de compensação parcial no resultado global da despesa previdenciária.

A leitura técnica do período recomenda, portanto, que os resultados observados sejam interpretados com a devida segregação entre fatores estruturais e fatores extraordinários. O expressivo crescimento das receitas não deve ser analisado exclusivamente sob a ótica nominal, sem a devida depuração das rubricas de outras receitas e parcelamentos, pois isso poderia conduzir a percepção excessivamente otimista da sustentabilidade corrente do regime. Da mesma forma, o crescimento das despesas com aposentadorias merece atenção específica, por representar sinal relevante sobre a evolução do passivo previdenciário e sobre a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das premissas utilizadas nas avaliações futuras.

Considerando o conjunto das informações analisadas, entende-se que o RPPS de Astorga/PR dispõe de base suficiente para o aperfeiçoamento contínuo de sua gestão atuarial, sendo recomendável o monitoramento sistemático da composição da massa segurada, da evolução da folha de contribuição, da dinâmica de concessão de aposentadorias e pensões, da realização da compensação previdenciária e da natureza das receitas e despesas classificadas fora do núcleo estritamente previdenciário. Tal procedimento contribui para maior aderência entre projeção e execução, melhora a consistência das avaliações atuariais futuras e fortalece a governança do regime.

Dessa forma, o Parecer Atuarial é no sentido de que o Relatório de Gestão Atuarial do RPPS de Astorga/PR cumpre sua finalidade de acompanhamento e controle, evidenciando a necessidade de manutenção do monitoramento permanente das variáveis atuariais, cadastrais, orçamentárias e financeiras do regime, com vistas ao aprimoramento contínuo da gestão previdenciária e à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial no longo prazo.

Curitiba, 13 de março de 2026.



**José Wilson Silva Neto**  
**MIBA nº 3110**